

LAÇOS DE CIDADANIA DO LITORAL DO PIAUÍ: REDES DE ARTICULAÇÃO DE TURISMO E PESCA NO LITORAL PIAUIENSE

Simone Cristina Putrick¹
Milton Augusto Pasquotto Mariani²
Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira³

RESUMO

O papel deixado à comunidade local no contexto econômico e social das novas territorialidades que se constroem na globalização deve ser o de reforçar a necessidade de equilíbrio, da inclusão e da busca da igualdade. O presente trabalho tem como propósito apresentar os resultados parciais do projeto “Laços de Cidadania do Litoral do Piauí” que objetiva oferecer subsídios para a criação de uma Rede de Articulação Solidária entre pescadores artesanais e empreendimentos turísticos que compõem os municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia. A metodologia utilizada é a pesquisa participante, operacionalizada por meio da pesquisa bibliográfica, da realização de entrevistas, de reuniões periódicas com os atores envolvidos no projeto, e análise, acompanhamento e readequação das ações desenvolvidas no projeto. O projeto está em processo de execução, com previsão de término para 2015. Até o momento foram atingidos objetivos como a criação da logomarca, a formação do Comitê Gestor, realização do Seminário Rede Solidária na Pesca Artesanal, organização do Primeiro Encontro de Pescadores Artesanais. Espera-se desenvolver o espírito empreendedor nas comunidades mantendo a Rede atuante, além da manutenção e ampliação das parcerias que são reconhecidamente de grande importância, auxiliando o desenvolvimento socioeconômico da região através das atividades da pesca e do turismo.

PALAVRAS-CHAVE: TURISMO. EXTENSÃO. REDE SOLIDÁRIA. TERRITÓRIO PESQUEIRO.

¹ Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. Professora UFPI Curso de Turismo. sputrick2@hotmail.com

² Doutor em Geografia. Professor UFMS. Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços e Administração miltmari@terra.com.br

³ Doutor em Geografia. Professor UFPR. Curso de Geografia. marcos.ufpr@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a apresentar os resultados parciais do projeto “Laços de Cidadania Litoral do Piauí” aprovado pelo edital PROEXT/SESu/MEC de 2014 que se encontra em processo de execução e se propõe constituir uma Rede Solidária de Pescado para comercializar a produção no litoral piauiense, inicialmente com ações envolvendo pescadores artesanais dos municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luiz Correia e Cajueiro da Praia, objetivando a inserção na cadeia produtiva do turismo local, além da expansão para os estados circunvizinhos. Pretende-se construir referências para o desenvolvimento de estratégias organizacionais de apoio à pesca, beneficiamento e comercialização, adequados e solidários, através de circuitos curtos de produção e comercialização, buscando compor a rede com a colaboração solidária de empresas turísticas, comunidades de pescadores, setor público e organizações da sociedade civil, visando o desenvolvimento e a promoção da soberania alimentar local.

O público a ser beneficiado diretamente pelas ações do projeto compõe a base das comunidades locais e das entidades parceiras nos municípios de Parnaíba, Luiz Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia, especialmente as associações de pescadores compostas por pescadores familiares organizados em grupos que ainda possuem técnicas artesanais. Além de técnicos e lideranças locais, o projeto conta também com instituições colaboradoras dentre as quais estão à comunidade acadêmica, representantes do poder público (Municipal, Estadual e Federal), ONGs, empresários e comunidade.

Processo este que se propõe fortalecer e apoiar a relação das associações de pescadores com os consumidores urbanos de forma direta, trazendo os representantes dos arranjos produtivos do turismo, através da circulação do pescado nos bairros e desenvolver o comércio solidário, valorizando a cultura alimentar das comunidades locais e ainda propor políticas públicas locais através da geração de referenciais técnicos

e científicos para os resultados da organização comunitária, da gestão dos recursos naturais, da geração de renda, da pesca e consumo responsável da promoção e soberania alimentar.

Neste artigo tem-se o objetivo de apresentar as estratégias de criação e execução utilizadas para criar a Rede de Articulação Solidária, a metodologia utilizada nas comunidades envolvidas no processo e quais os resultados alcançados até o momento.

A pesquisa apresenta informações das ações já desenvolvidas com as comunidades envolvidas no projeto, que compõem toda extensão do litoral.

As questões que norteiam o projeto são: As metodologias e abordagens territoriais do projeto possibilitarão aos envolvidos a incorporação ou resgate dos princípios do desenvolvimento territorial, da economia solidária através da atividade de pesca artesanal, com destaque para a articulação entre empreendimentos turísticos, fortalecimento da cidadania, inclusão socioprodutiva, emancipação e acesso às políticas públicas?

- Há estratégias de desenvolvimento e organização das redes, inclusão socioprodutiva, superação das diferenças de renda, fortalecimento da economia solidária no âmbito da pesca artesanal e empreendimentos turísticos?

- A ação conjunta de pesquisa participativa, ensino na perspectiva da gestão compartilhada e extensão/assessoria organizacional podem contribuir com a superação da deficiente articulação institucional dos pescadores artesanais e empreendimentos turísticos dos municípios do Litoral do Piauí?

Pretende-se mostrar o cenário atual da região no que diz respeito ao desenvolvimento das comunidades pesqueiras, com o que o projeto pode contribuir para melhorar as condições de comercialização do pescado local envolvendo a atividade turística, assim como os agentes do trade para a valorização do produto local, apresentando como vem sendo desenvolvido este trabalho e o que a equipe participante do projeto tem operacionalizado na busca da solução dos problemas locais e regionais.

JUSTIFICATIVA

A justificativa da execução da pesquisa reside no fato da região do litoral do Piauí possuir, de um lado, uma diversidade de paisagens e lugares com forte atratividade para a prática do turismo, apresentar um expressivo conjunto do patrimônio natural e histórico-cultural do Estado do Piauí, bem como constituir um território habitado por comunidades que ainda mantêm seu modo de vida baseado em saberes e fazeres historicamente construídos e territorializados.

Por outro lado, a região do litoral do Piauí tem sido palco de implantação de um modelo de ocupação e uso do solo destinado à expansão do “turismo imobiliário”, que tem provocado várias alterações na organização do espaço litorâneo, gerando segregação sócio-espacial e degradação ambiental na maior parte dos lugares. Associada à expansão desse “turismo imobiliário”, têm-se a falta de investimentos públicos em infraestrutura urbana – coleta e descarte do lixo, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, etc. –, entre os principais fatores que causam impactos socioambientais de diversas magnitudes nas cidades localizadas ao longo da zona costeira piauiense. O litoral do Piauí é uma região marcada por diversos conflitos ambientais por conta da área de preservação ambiental ali existente. E, o ponto mais importante que suscitou a pesquisa é por esta ser uma região onde vivem milhares de famílias em condições de pobreza e/ou de extrema pobreza, como é o caso de muitas comunidades que fazem parte do projeto, e tem a atividade de pesca sua única fonte de renda.

METODOLOGIA

A pesquisa-ação participativa é ao mesmo tempo uma metodologia de investigação e um processo de intervenção social. Propõe o reconhecimento da relação igualitária dos atores sociais e valoriza o saber popular como contribuição na construção da ciência, e concomitantemente em que busca dar conta desses obstáculos epistêmico-metodológicos. Ela também leva em conta a análise da realidade, como uma forma de

conhecimento e sensibilização da própria população local, que passa a ser no processo de pesquisa o sujeito ativo e protagonista de um projeto de desenvolvimento para a transformação da sua realidade social mais imediata (THIOLLENT, 2011).

De uma forma geral, a pesquisa-ação participativa, especificamente nos municípios do Litoral do Piauí busca ser uma investigação, uma construção de alianças, um encontro amoroso e, sobretudo uma aprendizagem mútua. Dentre as pesquisas sociais, a pesquisa-ação envolve uma metodologia que integra os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa numa relação de cooperação. Esse modo de pesquisar propicia uma construção coletiva de mundo; das condições de vida das pessoas, grupos e classes populares; da natureza; do desenvolvimento; do campo; da cidade. Adotamos o referido conceito, sendo este, “um tipo de pesquisa social com base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 2011, p. 24).

CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO DE ESTUDO

Quando se busca contextualizar o litoral do Piauí, depara-se com uma região de grande heterogeneidade ambiental, socioeconômica e cultural, e com alguns paradoxos. Os principais elementos que fazem essa heterogeneidade são: a grande variedade de ecossistemas naturais, a diversidade de atividades econômicas com graus distintos de desenvolvimento, a variedade cultural de populações de origem com trajetórias históricas diferentes, e as fortes desigualdades sociais. Quanto aos paradoxos, constata-se que se trata de uma região com valiosos recursos naturais, que são objeto de uma gama de disposições legais para protegê-los, mas com crescentes níveis de degradação, ao mesmo tempo em que coexistem diversas atividades em expansão e um grande potencial econômico. Mas, que no seu conjunto, é uma região que permanece subdesenvolvida, sendo considerada uma das regiões mais pobres do País.

Os municípios objetos do projeto de pesquisa fazem parte da Rota das Emoções, que percorre diversos lugares, como o Parque Nacional de Jericoacoara no Estado do Ceará, o Delta do Parnaíba no Estado do Piauí e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Maranhão. A Rota das Emoções é considerada um dos cinco roteiros turísticos pioneiros no planejamento de Roteirização Turística do Brasil, coordenado pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2007).

O município de Ilha Grande, emancipado do município de Parnaíba desde o ano de 1997, possui uma população de 8.914 mil habitantes (IBGE, 2010). Neste município, a comunidade sobrevive, dentre outras atividades, da cata do caranguejo-uçá, do marisco, do peixe, e também da confecção de renda que possui várias associações. Um dos aspectos que podem ser observados em Ilha Grande é a falta de articulação entre os moradores na elaboração e execução de projetos.

Por sua vez, Parnaíba, o segundo maior município do Piauí em termos populacionais, possui 145.705 mil habitantes (IBGE, 2010). O litoral do município compreende um espaço onde as comunidades utilizam como atividade a pesca de subsistência e o artesanato, atividades estas que se desenvolvem em um território tranquilo e ainda pouco conhecido entre os roteiros turísticos da região Nordeste do Brasil.

Já Luís Correia, que está entre os municípios inseridos na Rota das Emoções, possui o segundo índice populacional do litoral piauiense, com 28.406 mil habitantes. Cajueiro da Praia, último município do litoral piauiense antes de chegar à divisa com o estado vizinho do Ceará, possui 7.163 mil habitantes.

As várias fases adotadas no processo de pesquisa participante foram: etapa inicial de partida ou pré-investigação e desenho da pesquisa; diagnóstico, formação do grupo de trabalho de campo; devolução dos resultados do diagnóstico, construção da programação e trabalhos de campo; proposta do projeto e oficinas participativas; e execução, avaliação, monitoria e replanejamento do processo de pesquisa.

A presente pesquisa busca identificar a compreensão das informações apresentadas, através de pesquisas que comprovem sua veracidade no decorrer do texto. Delimitando-se para o estudo a investigação dos resultados já obtidos com as

ações do projeto Laços de Cidadania Litoral do Piauí em toda a extensão de litoral piauiense, utilizando como referência a análise das atividades já desenvolvidas até o momento.

Dentro dos procedimentos metodológicos do projeto, no primeiro momento, foi montada uma equipe de coordenação e um Comitê Gestor, que tem como função a gestão do projeto e da equipe de trabalho, dos bolsistas e demais assessores e técnicos de extensão das entidades parceiras, que atuam diretamente nas comunidades envolvidas no projeto. Foi iniciado um processo de formação contínua para esse grupo, com reuniões mensais para discussão de atividades específicas para o projeto, bem como proporcionar sua participação em outros espaços estratégicos para o desenvolvimento do trabalho de mapeamento, capacitação e experimentação em cada comunidade pesqueira.

Estas ações prevendo o resgate dos conhecimentos tradicionais relacionados à pesca e à comercialização através do desenvolvimento de ferramentas possibilitarão a visibilidade dos problemas e conflitos existentes, para permitir a articulação incentivando o consumo do pescado e o processo de organização destes grupos, processo este diretamente acompanhado e assessorado pelo comitê gestor do projeto. Para desenvolver tais ações é trabalhada ainda a interdisciplinaridade, fator fundamental para a formação de cidadãos críticos e atuantes, que possuam uma diversidade de conhecimento e possam contribuir de maneira enriquecedora para o desenvolvimento da sociedade na qual está inserido.

Este processo de trabalho tem uma relação dialógica com a comunidade por intermédio da articulação da ação conjunta e sistêmica entre o poder público, o empresariado e a comunidade, que pode ver neste processo uma forma de amenizar uma situação de atraso no desenvolvimento socioeconômico e de políticas públicas, o que acarreta o retardamento do desenvolvimento local ou mesmo global, causados pela falta de diálogo entre estes agentes sociais.

REVISÃO DE LITERATURA

O conceito de desenvolvimento não é unívoco, pelo contrário, sempre no seu bojo há algumas ambiguidades, conceito baseado numa estruturação social e territorial baseada na ideia do progresso e no crescimento econômico infinito (RODRIGUES, 2003). Processos mais modernos entendem desenvolvimento como um processo de aprimoramento das condições gerais do viver em sociedade.

Les Carrefours du Labyrinthe I, II e III *apud* Rodrigues (2003, p. 29) formula suas colocações a partir do espaço como um produto social. Emana a noção de território como área sobre a qual a comunidade exerce uma gestão autônoma, expressando, portanto, seu poder. Os teóricos das Ciências Sociais das décadas de 80 e 90 fizeram várias críticas ao chamado projeto da pós-modernidade, caracterizado por indicadores dentre os quais salientam-se a globalização da economia, a mundialização da cultura, as críticas ao processo de desenvolvimento que não inserem o social e o natural, o que faz desembocar em revisões de conceito de "desenvolvimento" das quais surge a ideologia do desenvolvimento local, como uma concepção alternativa de desenvolvimento.

O presente trabalho apresenta a questão do desenvolvimento regional, com foco nos municípios da região litorânea do Estado do Piauí. "Tradicionalmente, a região é parte de um território nacional, na medida em que é vista segundo uma abordagem de base física" (RODRIGUES, 2003, p. 14).

A região é determinada não apenas por suas características físicas, mas também depende das organizações e da gestão do desenvolvimento.

(...) as regiões e os lugares não querem ser identificados somente pela existência de características particulares e recursos passivos como, por exemplo, meio ambiente, recursos naturais, produção agrícola e industrial, sistemas de cidades e patrimônio histórico, como tradicionalmente acontecia com a teoria das vantagens comparativas, de localização e diferenciação regional. Cada vez mais os lugares e as regiões querem ser conhecidos pelos recursos ativos, dinamicamente construídos pela organização sócio territorial, pelas óticas e formas próprias da gestão do desenvolvimento local e regional, envolvendo e integrando diversos setores, atuando em contextos abrangentes (SILVA, 2013, p. 9).

TURISMO E COMBATE À POBREZA

O turismo é uma área de trabalho intensivo e uma importante fonte de crescimento e de emprego, especialmente para aqueles que têm acesso limitado ao mercado de trabalho, como as mulheres, os jovens, os trabalhadores migrantes e populações rurais.

Neste sentido, a importância crescente do turismo para os países em desenvolvimento, está estreitamente vinculada ao papel do emprego na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), particularmente das metas relacionadas ao emprego e à redução da pobreza – Meta 1, ao gênero e ao empoderamento das mulheres – Meta 3, e à relação entre o emprego e a sustentabilidade ambiental – Meta 7 (IPEA, 2014).

É importante reconhecer, no entanto, que embora o turismo gere empregos e contribua significativamente para o crescimento econômico, ele não constitui uma fórmula automática para a redução da pobreza. Os países em desenvolvimento devem enfatizar o setor nos seus Documentos de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP) e as instituições financeiras devem reconhecer o impacto do turismo nas suas estratégias de apoio, o que exige o envolvimento de todas as partes interessadas por meio de um intenso diálogo social. O turismo pode ter três tipos de impactos sobre pessoas afetadas pela pobreza: 1. Geração de renda; 2. Desenvolvimento de economias locais/rurais e dos meios de vida das pessoas; 3. Impacto sobre o ambiente natural e cultural no qual vivem.

Com efeito, nos últimos anos o turismo cresceu em muitos países, e se tornou uma atividade importante do ponto de vista econômico e, seus impactos negativos começaram a ser mais bem percebidos, divulgados e pesquisados. Questões como as rápidas alterações no modo de vida e na cultura de populações locais, a degradação ambiental e o consumo indiscriminado dos recursos naturais, a expulsão de populações locais de seu território, a crescente especulação imobiliária, e a inflação provocada pelo turismo em muitos lugares de destinos, em particular aqueles de Sol e Praia, passaram a receber mais atenção da mídia, dos governos e da academia (SILVEIRA, 2002).

As pesquisas sobre turismo aumentaram, particularmente sobre os impactos – sociais e ambientais – da atividade. E, mais recentemente, cresce o interesse de estudiosos e de governos, no que se refere ao potencial da atividade turística como instrumento de combate à pobreza. Assim, surgem desde estudos macroeconômicos, utilizando sofisticada modelagem matemática para tentar demonstrar os ganhos e perdas econômicas em termos de empregos, renda, etc., até estudos de caso de caráter mais qualitativo, baseados na percepção dos moradores de lugares já turistificados ou com potencial de exploração turística, sobre o desenvolvimento do turismo. Dentre os estudos, destacam-se os relacionados ao PPT – Pro-Poor Tourism⁴ (Pró-Pobre Turismo, *tradução nossa*), movimento surgido na Inglaterra no início dos anos 2000, e que é coordenado por Organizações Não-Governamentais através das quais estão sendo realizados vários estudos e pesquisas sobre os ganhos líquidos com o setor de turismo por parte das populações mais pobres em países em desenvolvimento da África, América Central e Ásia (MITCHEL e ASCHLEY, 2007).

Os resultados encontrados na literatura sobre os reais benefícios do turismo no combate à pobreza variam muito de país para país. Assim, enquanto para a África Oriental as indústrias relacionadas com o turismo beneficiam pouco a população mais pobre, não se constituindo em uma atividade indicada para alívio da pobreza (BLAKE, 2008), no caso do Brasil, Blake *et al.* (2008), simulando um aumento de 10% na demanda internacional por turismo no Brasil, encontra um impacto positivo importante na redução da pobreza e da desigualdade. Várias são as razões para tais diferenças, relacionadas à importância do turismo na economia do país, assim como a qualidade do emprego que o setor pode oferecer relativamente ao que é ofertado por outros setores, como a comercialização de produtos produzidos ou extraídos localmente.

⁴ O Pró-Pobre Turismo é visto como um meio para melhorar a economia local para as populações mais pobres dos Países em Desenvolvimento. Ele busca reforçar as ligações entre as empresas de turismo e pessoas pobres, de modo que a pobreza seja reduzida e essas pessoas sejam capazes de participar mais efetivamente no desenvolvimento do turismo. Os objetivos do Pró-Pobre Turismo variam do aumento do emprego local ao envolvimento da população local no processo de tomada de decisão. Qualquer tipo de empresa pode estar envolvida, como uma pequena loja ou um operador turístico. O fator mais importante não é o tipo de empresa ou o tipo de turismo, mas que as pessoas pobres recebam um aumento nos benefícios líquidos de turismo (MITCHEL e ASCHLEY, 2007).

No caso do Brasil, Takasago e Mollo (2008), em seu estudo sobre os impactos econômicos do turismo no combate à pobreza no Brasil, afirmam que o turismo pode ter efeitos na redução da pobreza e na desigualdade social, porque é um setor intensivo em mão-de-obra e requer relativamente pouco capital, quando comparado ao montante de capital requerido por outras atividades econômicas.

O nível e a distribuição de renda constituem condicionantes estruturais do aumento da importância do turismo na economia brasileira, cuja superação está estreitamente ligada ao processo de desenvolvimento do país. Mais importante que discutir o patamar de participação do turismo na economia é observar o dinamismo do setor, a contribuição para o desenvolvimento regional e local, a evolução da relação formal-informal e a evolução do perfil dos ocupados.

O PNT atua como documento orientador para as políticas de turismo nas esferas estaduais e municipais, por meio do estabelecimento de diretrizes gerais, estratégias e medidas voltadas, sobretudo, para o estímulo ao mercado interno. A visão apresentada sobre o turismo, que se encontra presente no Plano, é marcada pelo destaque aos aspectos econômicos da atividade. O Plano busca evidenciar a capacidade do turismo de contribuir para a indução do desenvolvimento econômico ou impactar positivamente na aceleração do crescimento do país (BRASIL, 2007). O estímulo direcionado ao fortalecimento do turismo no país é, dessa maneira, altamente incentivado, por acreditar que o mesmo implica “em empregos, desenvolvimento e inclusão social” (BRASIL, 2007, p. 05).

O desenvolvimento do turismo no Brasil passa, então, segundo o PNT, pelo estímulo ao crescimento econômico, que, por sua vez, contribui também para o próprio crescimento do turismo. Os investimentos previstos em infraestrutura e as medidas de incentivo ao investimento privado, conforme planejadas pelo governo federal, “propiciariam as condições necessárias para a consolidação do turismo como um importante vetor do desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 2007, p. 19). A importância da atividade turística como indutora do desenvolvimento é, portanto, fator recorrente ao longo do PNT, que, inclusive, classifica o turismo como um “poderoso instrumento de aceleração do desenvolvimento nos níveis local, regional e nacional”.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária, enquanto tema recentemente colocado como central na discussão e implementação de formas alternativas de estruturação da produção, tem sido objeto de enfoque do discurso público de tal forma que o Governo Federal desenvolveu, em 2005, o Termo de Referência em Economia Solidária, criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Este termo aponta a relevância dos empreendimentos solidários ao enfatizar que a Economia Solidária envolve geração de trabalho, renda e inclusão social, a partir de um processo de organização social e econômica dos trabalhadores por meio da articulação de redes de cooperação. Gaiger (2003) define Economia Solidária dando ênfase a perspectiva de solidariedade e confronta o individualismo competitivo que marca o desenvolvimento econômico padrão de economias capitalistas. O conceito se refere à organização de produtores e consumidores que estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), define a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizados sob a forma de autogestão e pela participação democrática nas decisões dos membros da organização.

De acordo com Singer (2002), a Economia Solidária possui origens no cooperativismo operário durante a revolução industrial, ao longo do século XIX e XX, embora sua expansão ao longo da década de 90 tenha sido impulsionada pelo aumento do desemprego, do setor informal e da trajetória de consolidação dos movimentos sociais.

A perspectiva coletivista é inerente ao processo de consolidação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista o fato de que, de acordo com os preceitos da própria economia solidária, as pessoas se ajudam; se unem em torno de um

propósito comum, e a partir disso se fortalecem enquanto grupo social. O paradoxo cooperação/competição é vivenciado de forma emblemática pela Economia Solidária. De uma forma geral, a competição pode ser entendida como um processo negativo; embora, em certas circunstâncias, esteja presente. Segundo Icaza (2004, p. 44):

A economia solidária apresenta-se como um campo de construção de alternativas econômicas ao modelo dominante, alicerçado em um discurso crítico transformador e em práticas solidárias e autogestionárias muito próximas dos movimentos sociais.

A produção sob o critério da autogestão, no Brasil, vem crescendo significativamente e tomando forma de movimento social ao articular diversos atores que lutam por transformações no campo social e político (VERONESE, 2004).

Medidas diversificadas regem a economia solidária; são premissas as quais se espera que estejam internalizadas na prática das experiências associativas. Ao todo são oito princípios norteadores: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autosustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (GAIGER, 2004). A economia solidária tem importante ligação com o território em que se desenvolve, valorizando-o ao comprometer-se com a localidade e no uso de seu capital natural de forma que pode ser considerada um instrumento capaz de promover o desenvolvimento local endógeno objetivo da Rede de Articulação Solidária.

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Permeando o âmbito da economia solidária, encontram-se hoje empreendimentos que compreendem diversas categorias de gestão com caráter familiar ou comunitário, sob forma de sociedades informais, microempresas ou cooperativas de trabalhadores. São identificados por meio de seus princípios de equidade e participação os quais procuram expressar materialmente organizando-se de forma autogestionária e democrática.

De acordo com Gaiger (2003, p. 67), “na linha de frente do solidarismo, perfilam-se as empresas de autogestão agrupadas na ANTEAG [Associação Nacional dos

Trabalhadores e Empresas de Autogestão (52 empresas, com 15 mil trabalhadores), as cooperativas de trabalhadores, em parte filiadas às federações estaduais, ou ainda, as centenas de cooperativas de produção agropecuária, implantadas pelo MST nos assentamentos da reforma agrária”.

A crise estrutural do mercado de trabalho juntamente com os agravantes da política nacional recessiva e a ação mobilizadora de movimentos sociais foram os principais fatores que promoveram o crescimento de empreendimentos sob a autogestão (GAIGER, 2003).

Como o objetivo do empreendimento solidário, segundo Singer (2002), é a obtenção da quantidade e da qualidade do produto ou serviço que venha a atender a demanda social, e não maximizar o lucro com a venda do produto ou serviço, o excedente, [portanto], terá sua destinação decidida pelos trabalhadores em assembleia, pois a propriedade e concepção coletivas dos meios e modos de gestão do trabalho é característico do empreendimento solidário, seja ele cooperativo, associativo ou comunitário.

Singer (2002, p. 23) define que “as pessoas têm mais espaços no mundo do trabalho se estiverem coletivamente organizadas, e não isoladas”. Acerca deste pensamento de trabalho coletivo, Laville (2002, p. 47) afirma que “a economia solidária se constitui em um fato associativo composto por uma dimensão econômica, uma dimensão política e uma dimensão social, todas imbricadas e em permanente articulação”. Sob uma perspectiva econômica, a sustentabilidade dos trabalhadores que atuam em empreendimentos solidários depende principalmente da geração de renda a qual possibilita a diminuição da vulnerabilidade social desse grupo.

Variados cenários podem abrir oportunidades para a ascensão de grupos autogestionários. Conforme Guimarães (2000, p. 79)

Uma das possibilidades ocorre quando empregados de empresas em processo de falência assumem o controle destas e o desafio de construir modelos de autogestão democráticos e eficazes, capazes de garantir a sobrevivência e expansão no mercado.

Outra oportunidade pode advir por meio da organização de trabalhadores que se encontram em situações de desemprego estrutural e falta de renda, os quais amarguram na marginalidade do sistema capitalista, ansiando alternativas para a sua sobrevivência, fator esse que agrega valores para a sua associação (SUAREZ, 1992).

CAPITAL SOCIAL

Entende-se como capital social uma rede ou um conjunto de relações de confiança, de interações e de inter-relações, que são estabelecidas de forma organizada e espontânea a partir das interações sociais e os seus desdobramentos no campo da ação participativa.

A partir do trabalho de Robert Putnam foi desenvolvido o primeiro conceito de capital social, quando o autor se propôs a estudar o desenvolvimento da Itália moderna (entre o período de 1970 a 1989), e as divergentes trajetórias econômicas entre a região Norte (Veneto), fortemente industrializada, e a região Sul (Calábria), essencialmente agrícola. Segundo este conceito, capital social se refere as “características da organização social, como confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas” (PUTNAM, 1993, p. 37).

James Coleman foi responsável por inserir uma segunda perspectiva de análise para o capital social, definindo-o como uma variedade de diferentes entidades que representam de alguma forma a estrutura social e que facilitam ações coordenadas entre atores (individuais ou corporativos) dentro dessa estrutura (COLEMAN, 2000).

Incluindo instituições políticas formais, como o governo, o regime político, a legislação, o sistema judiciário, os direitos políticos e civis, a terceira definição de capital social enfatiza os ambientes político e social. São dois os autores principais, North (1990) e Olson (1999), e suas pesquisas focam as instituições como principal fonte de organização da estrutura social (WORLD BANK, 1998).

Pires e Alcantarino (2008) fazem uma discussão acerca do surgimento do termo ‘capital social’ demonstrando os autores que deram vida ao tema: “Hanifan (1916) define o capital social, já em 1916, como o conjunto dos elementos tangíveis que mais

contam na vida cotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família”.

E continuam, afirmando que o capital social é, para Bourdieu (1980), o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. O capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo. É, concomitantemente, estoque e base de um processo de acumulação que permite as pessoas inicialmente bem dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social. A ideia de capital social remete aos recursos resultantes da participação em redes de relações mais ou menos institucionalizadas. Entretanto, o capital social é considerado uma quase-propriedade do indivíduo, visto que propicia, acima de tudo, benefícios de ordem privada e individual (BOURDIEU, 1980 *apud* PIRES e ALCANTARINO, 2008).

Capital social, então, constitui-se como “as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais, sendo dependentes da interação entre, pelo menos, dois indivíduos” (MARTELETO e SILVA, 2004, p. 44).

Dessa forma, tais aspectos - normas, confiança e relações - podem ajudar a coordenação de atividades e a cooperação em torno de benefício comum, uma vez que pertencendo a essa rede, há o intercâmbio de informações e ajudas mutuamente proveitosas.

Redes de relações propiciam o fluxo e o intercâmbio de informações. Criam espaços nos quais a comunicação pode ter lugar, o que é uma função-chave para sistemas sociais ricos em capital social, uma vez que abrem acesso à informação e permitem que opiniões e conhecimentos sejam compartilhados. O sentimento de pertencer ao grupo (identidade de grupo) é fundamental na definição do capital social.

DIAGNÓSTICO

Na metodologia da pesquisa-ação consta a etapa de diagnóstico, a partir desse identifica-se que os pescadores artesanais do Litoral Piauiense, como em muitas outras

pequenas comunidades em todo território brasileiro encontram-se em condições desfavoráveis quando se trata da comercialização dos produtos, sendo estes desfavorecidos economicamente. Mesmo com a presença de diversas famílias que dependem exclusivamente desta atividade para sustentar a casa, e outras que a tem como atividade complementar para conseguir seu sustento. Não há valorização deste pescador e nem do produto dentro da localidade em que atua nos municípios do Litoral do Piauí, haja vista que a maior parte da produção é escoada para os estados vizinhos.

É percebida uma redução do número de pescadores artesanais. Conforme os moradores locais, os filhos de pescadores não querem dar continuidade à atividade dos pais, visto que é uma profissão árdua. Conseqüentemente, acontece nestas comunidades à migração destes jovens para as cidades, o conhecido êxodo rural. Outro fator apresentado pelos pescadores foi à questão da redução dos peixes nos rios, devido, em suma, pela degradação ambiental, pelo aumento da pesca industrial, entre outros fatores. Assim, comunidades que têm uma conjugação de famílias de pescadores tradicionais e novas famílias pesqueiras ficam atreladas a um círculo de pobreza cada vez mais acentuado.

Dentro do processo de pesquisa e execução das ações do projeto foram feitos levantamentos acerca dos resultados obtidos. Foi possível observar que é preciso o apoio de todos os agentes envolvidos para além de criar, consolidar a Rede de Articulação, que esta se dá por meio de trabalho em equipe, em que cada um tem um papel a desempenhar para que forme um círculo e aquela funcione de maneira eficiente e eficaz.

Com a criação e manutenção da Rede é possível melhorar a qualidade de vida da comunidade de pescadores, visto que irá proporcionar a comercialização entre empreendimentos locais utilizando da atividade turística para divulgação e propagação deste produto, assim como a contribuição através de turistas para outros setores da economia local.

Mance (2003) defende que as redes são importantes como organizações de consumo fazendo um link com produção, serviços e comercialização destes dentro da rede.

O objetivo básico dessas redes é remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas: (a) produzindo nas redes tudo o que elas ainda consomem do modo capitalista: produtos finais, insumos, serviços, etc.; (b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empreendimentos capitalistas; (c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; (d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (MANCE, 2003, p. 67).

No que se refere à extensão territorial quanto maior a rede maiores os resultados obtidos, desde que esteja interligada alcançará um público maior, aumentando assim o desenvolvimento. Na extensão litorânea as comunidades pesqueiras demonstram conhecimento sobre a falta de território para a atividade de pesca artesanal, até mesmo o movimento de pescadores artesanais do estado exerce papel importante na luta por espaço para a realização de pescarias.

Para a constituição da Rede um dos primeiros objetivos do projeto era a constituição do Comitê Gestor. Foi realizado com êxito, havendo uma grande participação da comunidade. Fazem parte do Comitê onze integrantes, sendo que as vagas ficaram assim distribuídas: 1 representante das Associações das Marisqueiras, 1 representante da Colônia de Pescadores, 1 representante do Sindicato de Pescadores, 1 representante da UFPI, 3 representantes das Secretarias Municipais de Turismo, 1 representante da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, 2 representantes das Secretarias Municipais da Pesca, 1 representante da Vigilância Sanitária. Os quatro municípios têm representação no Comitê, sendo que todos os envolvidos fazem parte do grupo que pode votar durante as assembleias onde são decididas as ações do projeto.

A equipe do projeto “Laços de Cidadania Litoral do Piauí” realizou até a presente data 24 reuniões, sendo elas executadas desde o mês de janeiro, dentre elas internas realizadas uma vez por semana com a coordenadora e os cinco bolsistas e as reuniões com parceiros, associações e comitê gestor mensalmente.

Ao longo deste ano foram previstas ações de inserção da comunidade acadêmica no âmbito das comunidades tradicionais através de vivências no dia-a-dia dos

pescadores como a realizada na Associação de Marisqueiras de Luís Correia no dia 14 de junho do corrente ano com 3 bolsistas do projeto e um grupo de estudantes de Pedagogia do PARFOR.

O roteiro teve início por volta de oito horas da manhã saindo da Universidade Federal do Piauí – UFPI Campus Parnaíba, com destino ao Município de Luís Correia, onde um grupo de marisqueiras da Associação nos aguardava para um dia de pescaria.

Outra atividade foi a organização do IV Congresso Nacional de Unidades de Conservação do Delta do Parnaíba – CORUC. A quarta edição aconteceu nos dias 14, 15 e 16 de maio do corrente ano com o intuito de abrir espaço para discussão entre comunidades, trazendo este ano o Seminário Redes Solidárias na Pesca Artesanal a fim de promover a troca de informações e conhecimentos para o fortalecimento da Rede de Articulação Solidária, o principal objetivo do Projeto Laços de Cidadania Litoral do Piauí – PROEXT-2014. O evento reuniu mais de 500 inscritos, dentre as inscrições 21 eram de associados, Cooperativa das Rendeiras de Ilha Grande, Colônia de Pescadores de Ilha Grande Z-7, Associação de Moradores e Pescadores da Pedra do Sal, Associação de Marisqueiras de Luís Correia.

Durante o evento constatou-se que uma das principais necessidades das comunidades beneficiadas pelas ações do projeto é a falta de espaço para o diálogo e troca de ideias sobre o que está sendo realizado por cada instituição. Para Rodrigues (2003, p. 27):

Emerge a necessidade de reformulação de políticas públicas em busca de maior articulação interna, de capilaridade regional, estimulando a inovação social na medida em que se incentiva o empreendedorismo que conduz ao protagonismo a colocar-se em prática o planejamento, a cogestão, a programação, a parceria e a avaliação frequente dos resultados, para a reorientação dos projetos, quando for o caso.

A participação da comunidade foi algo novo dentro do contexto de eventos acadêmicos. Foi constatada a necessidade desse espaço para que a comunidade pudesse expor suas expectativas, conquistas e necessidades. Visto que se fizeram presentes em todo evento participantes das comunidades de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia que atualmente são o público-alvo do projeto Laços de Cidadania

Litoral do Piauí, durante o Congresso Nacional de Unidades de Conservação do Delta do Parnaíba – CORUC, estes municípios, bem como outros, pertencentes à Rota das Emoções estiveram presentes no evento.

No âmbito acadêmico foi aberto espaço para discussão e exposição dos projetos existentes na Universidade Federal do Piauí – UFPI voltados para as comunidades autóctones em uma mesa redonda intitulada “Apoio Institucional a Comunidades Pesqueiras e Turísticas” com a presença de professores da UFPI, assim como o representante do SEBRAE e Superintendência Federal do Ministério da Pesca no estado do Piauí para a discussão.

Foi organizada uma Mesa Redonda intitulada “Perspectivas e Olhares: O papel das Associações em Comunidades Pesqueiras” em que as representantes de Associações expuseram seus projetos, sua rotina diária, apresentaram dificuldades e principalmente os pontos fortes que cada uma possui. Foi abordada a questão da educação ambiental por todos os componentes da mesa, além de levantarem a necessidade do diagnóstico e regularização de todo território pesqueiro do Piauí, enfatizando ainda a importância deste espaço para discussões e exposições das demandas das comunidades e ainda da realização de cursos de capacitação, oficinas, dentre outros, para que a comunidade possa adquirir conhecimentos técnicos que as instituições possuem, promovendo uma troca de saberes, técnicas de aproveitamento dos insumos oriundos da atividade pesqueira.

O projeto também contribuiu para a realização do Primeiro Encontro Estadual de Pescadores e Pescadoras do Piauí, paralelamente a Primeira Feira de Pescado que teve como objetivo proporcionar um espaço de discussão sobre a atual situação dos pescadores artesanais do litoral piauiense e região bem como buscar soluções para estes problemas. Além de incentivar a comercialização do pescado produzido na região, outro objetivo do projeto. Contou com participação da comunidade, academia, representantes de instituições públicas e privadas e ONGs.

Nos dias 23, 25 e 26 de novembro será realizado o III Simpósio de Turismo de Delta do Parnaíba, Feira de Produtos do Piauí e Seminário de Extensão e Pesquisa da UFPI. Para tal evento já foram confirmadas a participação com exposição de 14

associações, sindicatos e colônias, e nove que enviarão seus associados para participar das palestras, mesas redondas, minicursos. Toda a programação foi organizada com a contribuição dos participantes da Rede.

Quanto ao objetivo relacionado à comercialização do pescado com os empreendimentos turísticos da região, já foram realizadas as pesquisas onde identifica-se, o número aproximado de hotéis e restaurantes dos municípios do litoral piauiense. Estão inclusos na categoria de hotéis, as pousadas e resorts e na de restaurantes (lanchonetes, barracas de praia). Conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Empreendimentos turísticos de Alimentos e Bebidas e Hospedagem do Litoral Piauiense

Municípios	Número de Restaurantes	Número de Hotéis
Parnaíba	53	33
Luís Correia	38	44
Ilha Grande	7	Nenhum
Cajueiro da Praia	24	24

Fonte: Superintendência de Turismo de Parnaíba (2014).

Todos os estabelecimentos foram convidados para o evento. Momento onde se pretende apresentar os produtos da comunidade, bem como identificar quais destes empreendimentos utilizam o pescado em seus pratos. A pesquisa será realizada durante o evento e posteriormente com os empreendimentos que não comparecerem pessoalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa perspectiva, só será possível haver articulação efetiva entre os agentes envolvidos - *trade*, população e academia - caso haja continuidade no trabalho desenvolvido pela IES. Isso porque o projeto encontrou certa resistência no que tange a aproximação da academia na comunidade, haja vista que esta já está sobressaltada com outras ações que infelizmente não foram levadas adiante pela instituição. A partir destas falas foram realizadas observações dos pontos fracos e dos fortes de cada

projeto, que em muitos casos são elaborados pela Universidade e implantados na comunidade. Assim, verificou-se que não existe diálogo e nem consulta aos envolvidos para saber o desejo e a necessidade dos indivíduos, tratados simplesmente como público alvo.

Já para a equipe que trabalhou na organização dos eventos, parceiros e estudantes, a experiência profissional foi considerada única. No âmbito acadêmico os eventos proporcionaram uma atmosfera aonde foi possível desenvolver as atividades aliando teoria e prática. Analogamente, para a comunidade os eventos se constituíram como atividades primordiais para que o diálogo entre os setores acontecesse, aonde todos puderam expor suas necessidades e adquiriram conhecimentos.

Com a execução de todas as atividades propostas durante os eventos, os resultados são analisados, sistematizados e disponibilizados como material gráfico de pesquisa para outros estudantes e para a comunidade. Este processo é realizado pelos próprios bolsistas e parceiros, possibilitando também a divulgação através dos espaços e eventos – artigos científicos, apresentações orais, publicações em periódicos.

Diante dos dados apresentados foi possível perceber que as IES precisam aproximar-se ainda mais das comunidades, que se sente excluída e não possui organização para buscar recursos. Porém, a proposta do projeto até o momento está dentro das expectativas. Pretende-se consolidar a Rede para que o produto da região seja comercializado local e regionalmente, passando a aumentar a produção e a renda familiar, e aquecer a economia, fomentando o turismo local e regional.

A proposta busca atuar de forma associada com atividades de pesquisa-ação participativa, assessoramento organizacional participativo e ensino focado na capacitação em gestão social compartilhada. Visando, assim, a inclusão socioprodutiva, a emancipação das organizações sociais, o acesso às políticas públicas de desenvolvimento e o fortalecimento da economia solidária. Entendemos que essa ação implica em analisar, repensar e estabelecer uma nova relação da Universidade Federal do Piauí - UFPI com o processo de desenvolvimento territorial, para incrementar a capacidade de gestão social das associações, dos sindicatos, dos

pescadores e dos empreendimentos turísticos. Concomitantemente, pretende articular e auxiliar na qualificação das diversas instâncias e redes de gestão das políticas públicas para contribuir com o desenvolvimento sustentável do Piauí, da região Nordeste e do Brasil.

Por conseguinte, considera-se que o desenvolvimento de atividades de pesca e de turismo nas localidades pesquisadas pode potencializar o crescimento de Empreendimentos Econômicos Solidários nesses territórios à medida que se consolida o capital social nessas comunidades. Sob a forma de redes de relações sociais pautadas pela presença marcante do atributo “confiança”, o qual, por sua vez, depende das características embrionárias de cada sociedade, evidenciadas, em última instância, por meio de suas perspectivas culturais.

TIES OF CITIZENSHIP OF COASTAL PIAUÍ: NETWORKS OF INTERACTION OF TOURISM AND FISHING IN COASTAL PIAUIENSE

ABSTRACT

Delegacy the local community in the economic and social context of the new territoriality that builds on globalization should be to reinforce the need for balance, inclusion and equality. This paper aims to present the preliminary results of the "Ties of Citizenship of the Coast of Piauí" project that is proposed to create a Solidarity Network Coordination between artisanal fishermen and tourism enterprises that comprise the cities of Parnaíba, Big Island, and Luis Correia cashew Beach. The methodology used is a literature review, interviews, questionnaires, periodic meetings and analysis, monitoring and readjustment of project objectives through observation of the actions developed. The project is in the implementation process, expected to end in 2015. So far as goals the creation of the logo, the formation of the Steering Committee, the Seminar on Artisanal Fisheries Solidarity Network, the organization of the First Meeting of Fishermen have been achieved. Expected to develop entrepreneurship in communities maintaining an active network, beyond the maintenance and expansion of partnerships which are admittedly very important, helping the socioeconomic development of the region through fishing and tourism activities.

KEYWORDS: TOURISM. EXTENSION. SOLIDARITY NETWORK. TERRITORY FISHING.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos Territórios: Repensando o Desenvolvimento Rural. **Revista de Economia Aplicada**, n^o2, vol. IV, 379-397, abr./jun. 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Uma Viagem de inclusão. Ministério do Turismo. Brasília, 2007.

COLEMAN, J. C. Social capital in the creation of human capital. *In*: DASGUPTA, P. e SERAGELDIN, I. (orgs.). **Social Capital: A Multifaceted Perspective**. Washington D.C. The World Bank, 2000. p.13-39.

CORAGGIO, J. **La economía social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: UNGS-Altamira, 2007.

GAIGER, L. Empreendimentos Econômicos Solidários. *In*: **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

GUIMARÃES, G. **Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate - transformações no mundo do trabalho**. São Paulo: Unitrabalho, 2000.

ICAZA, A. M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. *In*: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 17-54.

IPEA. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento/Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014.

LAVILLE, J. Fato associativo e economia solidária. **Bahia - Análise e dados**, Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v. 12, n. 1, p. 25-33, jun. 2002.

LISBOA, A.. **A socioeconômica solidária diante da grande transformação**. Ciências Sociais. Unisinos, São Leopoldo, v. 37, n. 159, p. 27-57, 2001.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

OLSON, M. **A Lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MORAES, M. C. **Pensamento Eco-Sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MANCE, Euclides André. "Redes de colaboração solidária". In: **A outra economia**. Editora Veraz. Porto Alegre, 2003.

MARQUES, C. B; SANTOS, C. H. S. Capital Social e a Perspectiva de Desenvolvimento Local em Rotas Turísticas em Área Rural. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 3, ed. 8, set./dez. 2009.

MARTELETO, R. M; SILVA, A. B. Redes e Capital Social: o Enfoque da Informação para o Desenvolvimento Local. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MITCHELL, J.; ASHLEY, C. **Can Tourism Offer Pro-poor Pathways to Prosperity?** Examining Evidence on the Impact of Tourism on Poverty. ODI London: Briefing Paper, 2007.

OIT. **Guía práctica para la incorporación sistemática del empleo y el trabajo decente**, 2a. edición, Organización Internacional del Trabajo (Ginebra, Oficina Internacional del Trabajo). 2007.

OLIVEIRA, A. M de. **Capital sócio-cultural: repensar o desenvolvimento territorial pela gestão do turismo com base local em Furnas do Dionísio**. Campo Grande: UCDB, 2003.

PIRES, E.V; ALCANTARINO, M. D. A Participação das comunidades autóctones no turismo e o capital social no processo de desenvolvimento local: um exame do Programa Turismo Solidário – MG. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 8 n. 1, 2008.

PUTNAM, R. D. **The Prosperous Community - Social Capital and Public Life**. American Prospect, 1993. p. 35-42.

RODRIGUES, Adyr, Balastreri. **Patrimônio, Território Y Empreendedorismo: Pilares del Desarrollo del Turismo en Base Local**. In: Aportes y Transferencias, Año 7, vol. II. Universidade Nacional de Mar del Plata. Mar del Plata, Argentina. pp. 11-30. 2003.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária**. Mapeamento Rio Grande do Sul. Brasília, 2007.

SILVA, J. S. Des-envolvimento ou Envolvimento Participativo? In: RANDOLPH. R E TAVARES, H. M (Org.) **Política e Planejamento Regional**. Brasília: Gráfica Movimento, 2013. ISBN 978-85-66507-0. 224 p.

SILVEIRA, M. A. T. da. **Turismo, políticas de ordenamento territorial**. Um foco no Estado do Paraná no contexto regional. Tese de Doutorado. FFLCH/USP. São Paulo, 2002.

SUAREZ, C. J. P. **Como organizar empresas solidárias eficientes**. Santafé de Bogotá: Ediciones Antropos, 1992.

TAKASAGO, Me; MOLLO, M. L. R. A economia do turismo e a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil: o papel do Estado. **Turismo em Análise**, V. 19, n. 2, p. 307 – 329, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VASCONCELOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

VERONESE, M. **A Psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na Economia Solidária**. Tese de Doutorado, PUCRS, Porto Alegre, 2004.

WAGNER, J. **Economia Solidária em Desenvolvimento**. Brasília: SENAES - TEM, 2003.

WORLD BANK. **The Initiative on Defining, Monitoring and Measuring Social Capital: Overview and Program Description**. Social Capital Initiative – Working Paper n. 1. Washington, D.C.: World Bank PovertyNet Document Library. Acesso em 30/5/2002, disponível em: <http://poverty.worldbank.org/library/view/4572/>. 1998.

Referência (NBR 6023/2002)

PUTRICK, Simone Cristina; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Laços de cidadania do litoral do Piauí: redes de articulação de turismo e pesca no litoral piauiense. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 3 (Número Especial), p. 56-81, 2014.